

1964 e a “Questão Militar”

AUTOR

José Almino de Alencar *

almino@rb.gov.br

* Pesquisador titular da
Fundação Casa de Rui
Barbosa (Rio de Janeiro)

1964 y la “Cuestión Militar”

1964 and the “Military Question”

RESUMO

Na História do Brasil, a “Questão Militar” é a denominação dada a uma sucessão de conflitos entre oficiais do Exército Brasileiro e a Monarquia, um dos fatores conduzindo ao golpe militar que veio a instalar a República em 15 de novembro de 1889. A fase monárquica não conheceu golpes, diferentemente do que ocorria na maioria dos países sul-americanos no mesmo período. A origem de sua fundação, os militares tornaram-se os fiadores e defensores do novo regime. Passaram a ser referência obrigatória quando dos conflitos, acomodações e mudanças na história do país, exercendo esporadicamente o papel que se autoatribuíram de salvaguarda dos destinos da nação brasileira. O artigo trata do período de vigência plena da Constituição de 1946, analisando o comportamento político do oficialato e o desenvolvimento de uma comunidade golpista que levou a cabo o golpe militar de 1964.

RESUMEN

En la Historia de Brasil, la “Cuestión Militar” es la denominación dada a una sucesión de conflictos entre oficiales del Ejército Brasileño y la Monarquía, uno de los factores que condujo al golpe militar que vino a instalar la República el 15 de noviembre de 1889. La fase monárquica no conoció golpes, a diferencia de lo que ocurriría en la mayoría de los países suramericanos en el mismo período. En el origen de su fundación, los militares se convirtieron en los acreedores y defensores del nuevo régimen. Pasaron a ser referencia obligatoria de los conflictos, ajustes y cambios en la historia del país, ejerciendo esporádicamente el papel que se auto atribuyeron de salvaguarda de los destinos de la nación brasileña. El artículo trata del período de vigencia plena de la Constitución de 1946, analizando el comportamiento político de los oficiales y el desarrollo de una comunidad golpista que llevó a cabo el golpe militar de 1964.

ABSTRACT

In Brazilian history, the “Military Question” refers to a series of conflicts between Brazilian Army officers and the Monarchy, which was one of the factors that led to the military dictatorship that installed the Republic on 15 November 1889. No coups took place during the Monarchy, unlike what would take place in the majority of Latin American countries in the same period.

At the origins of its founding, the military became the creditors and the defenders of the new regime. The became a compulsory reference point in the conflicts, adjustments and changes that took place in the country’s history, sporadically playing the role they took for themselves of safeguarding the destiny of the Brazilian nation. This article addresses the period when the Constitution of 1946 was fully in effect, analysing the political behaviour of officers and the development of a community favourable to a coup, which actually carried one out in 1964.

Na História do Brasil, a “Questão Militar” é a denominação dada a uma sucessão de conflitos entre oficiais do Exército Brasileiro e a Monarquia conduzindo a uma grave crise política que culminou com o fortalecimento da campanha republicana entre os oficiais e cadetes na década de 80 do século XIX. Foi um dos fatores que assinalaram a crise do regime imperial no Brasil, conduzindo ao golpe militar que veio a instalar a República, em 15 de novembro de 1889, cujo primeiro presidente foi um marechal do exército, Deodoro da Fonseca.

O novo tipo de ação militar constituiu uma importante mudança em relação à fase monárquica, que não conheceu golpes, diferentemente do que ocorria na maioria dos países sul-americanos à época. À origem de sua fundação, os militares tornam-se, ao mesmo tempo, os fiadores e defensores do novo regime.

Desde logo, como assinala Maria Celina d’Araújo (D’Araújo, 2006: 6) “frente às manifestações monarquistas que apareciam ou eram temidas, (...) um novo inimigo entra em cena: os inimigos da República”. Com a primeira Constituição Republicana (1891), que definiriam as Forças Armadas como instituições “nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior”, inicia-se um “precedente que só fará se acentuar ao longo do século: a participação das Forças Armadas na manutenção da segurança interna, ou do que hoje se chama ‘garantia da lei e da ordem’” (D’Araújo, 2006: 3-4).

Ora sendo consideradas como instrumentos de mando de grupos dominantes, ora como uma espécie de “poder moderador”, ora como corpo profissional dotado de lógica corporativa e de objetivos próprios, qualquer que fossem as interpretações ou as funções que lhes eram atribuídas, as Forças Armadas sempre foram consideradas de uma importância referencial dentro dos conflitos, acomodações e mudanças na história do país. E, se por um lado, a participação política para uma parte do oficialato era tida como algo apropriado e legítimo, por outro lado, os militares vieram a ser o alvo de conspirações por parte de grupos civis, que viam nessa eventual aliança um caminho viável para chegar ao poder.

“O que pensam os militares?”, “Como reagirão os militares?” foram indagações frequentes entre os principais atores da vida pública brasileira no curso do século passado. Interrogativas, aliás, quase sempre justificadas, tal a importância das Forças armadas em todas as grandes mudanças políticas e institucionais: incluindo-se aí, desde as revoltas tenentistas dos anos 1920, a Revolução de 30, a criação do Estado Novo em 1937, até o restabelecimento do regime republicano democrático e a adoção da Constituição de 1946, ingressando-se então no período aqui relevante.

1. O consenso conservador

A redemocratização trazida pela nova Constituição de 18 de setembro de 1946, que assegurava na sua letra a democracia representativa e liberal mais ampla jamais alcançada até então na história do país, vinha no bojo das grandes transformações políticas advindas da II Guerra Mundial. Com a derrota do nazifascismo e a conseqüente reestruturação da ordem internacional, o papel hegemônico dos Estados Unidos na América Latina saíria ainda mais reforçado. Em particular, firmaram-se e ampliaram-se as bases de uma cooperação militar entre aquele país e o Brasil, o que, com o advento e a evolução da chamada Guerra Fria, traria conseqüências que tornaram possível o desfecho de 1964.

PALAVRAS-CHAVE

**Ditadura; Exército;
golpe militar**

PALABRAS CLAVE

**Dictadura; Ejército;
golpe militar**

KEYWORDS

**Dictatorship;
Army; coup d’état**

Recibido:

02.07.2015

Aceptado:

17.07.2015

Desde cedo, o governo norte-americano procurava associar os países latino-americanos aos seus preparativos para entrada na guerra. No caso brasileiro, em outubro de 1940, é criada a Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, encarregada de elaborar medidas comuns de defesa. Seguem-se acordos prevendo a instalação de missões militares americanas e concedendo facilidades para Marinha americana em operações na costa brasileira. Acrescente-se a concessão de empréstimos vinculados à compra exclusiva de minerais estratégicos, mais como um obstáculo a que esses produtos fossem dirigidos aos países do Eixo e, sobretudo, ao fornecimento da borracha que logo a partir de 1942 tornou-se essencial para o esforço de guerra americano.

A Conferência de Chanceleres do Rio e Janeiro em 15-28 de janeiro de 1942 consolidou a colaboração latino-americana com os Estados Unidos. No que diz respeito às relações Brasil - EUA, em março de 1942, foi assinado um novo acordo e empréstimo que possibilitavam o envio de armas e munições no valor de 200 milhões de dólares, autorizava os Estados Unidos a aumentar seu contingente militar no Nordeste e modernizar suas instalações na região. Logo após, um novo acordo político militar em maio de 1942, estabeleceu comissões militares nos dois países encarregadas de desenhar os planos de defesa conjunta para a região nordestina e elevar a capacitação das Forças Armadas brasileiras.

Esta evolução contrariava a postura original do Estado Novo que entrelinha pontos de comunicação e de cumplicidade com as ditaduras europeias e mantinha alguns de seus simpatizantes em postos chave da administração (Moura: 1980). Entre esses, o exemplo mais conspícuo é provavelmente o do general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra entre 1939 e 1945, que, entre outras manifestações, articulou compras de armamentos da Alemanha e veio a ser homenageado com uma comenda do regime hitlerista.

Seja como for, ao se chegar às vésperas da declaração de guerra do Brasil à Alemanha e à Itália, em agosto de 1942, era indiscutível o comprometimento brasileiro com os Estados Unidos. Em 5 de maio de 1944, o primeiro contingente de tropas brasileiras embarcou para a Itália.

A adesão aos Aliados na II Guerra Mundial pôs em relevo a contradição entre as posições interna e externa do Estado Novo: um regime ditatorial que apoiava ao mesmo tempo uma frente de governos democráticos contra ditaduras. A oposição, até então reprimida, viu ali uma oportunidade para por em marcha um movimento de pressões e protestos. Concomitantemente, o governo Vargas procura conduzir o processo de mudança que lhe parecia inevitável e decreta unilateralmente uma série de medidas institucionais visando a disciplinar uma mudança no regime: anistia os presos e exilados do Estado Novo, permite a organização de partidos políticos e encaminha o processo eleitoral para a sua sucessão.

A perspectiva de uma eleição presidencial desencadeia uma intensa movimentação política, na qual se evidencia a importância da atuação dos militares, cujo apoio é reivindicado tanto pelo situacionismo quanto pela oposição que emergia fortalecida no pós-guerra: Vargas apoia a candidatura do general Dutra, ainda ministro da Guerra, lançado por dois partidos incentivados por ele, o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Do outro lado, uma frente partidária encabeçada pela União Democrática Nacional (UDN) apoiava o brigadeiro Eduardo Gomes.

Em julho de 1945, porém, Getúlio Vargas retira o seu apoio a Dutra, diante do aparecimento de uma campanha que pretende mantê-lo no poder e convocar apenas uma Assembleia Nacional Constituinte. No mês seguinte, o recém-legalizado Partido Comunista Brasileiro adere a esse movimento continuista. O nome do ditador é então lançado como candidato à sua própria sucessão.

Desgastada pela herança do longo período ditatorial, isolada à esquerda, a candidatura Vargas provoca uma reação maciça das Forças Armadas: em 29 de outubro de 1945, após uma década e meia no poder, Vargas é deposto pelo mesmo grupo de militares que instituíra a ditadura do Estado Novo (1947 - 1945), entre os quais alguns ex-tenentes da Revolução de 1930, como Góis Monteiro, Cordeiro de Farias, Newton de Andrade Cavalcanti e Ernesto Geisel. Candidato à sucessão, o general Eurico Gaspar Dutra apoia o golpe de estado.

Procedendo-se as eleições, o general Eurico Gaspar Dutra elegeu-se para a Presidência da República com 3,3 milhões de votos (55,9%), enquanto o brigadeiro Eduardo Gomes (UDN) alcançou 35% e ledo Fiúza (PCB), 10%.

O governo Dutra assumiu uma feição politicamente conservadora, procurando se integrar ao revigoramento internacional dos mercados sob o impulso hegemônico da economia norte-americana, assim como aderindo aos princípios da Guerra Fria, que se encontrava nos seus primórdios. Aliada dos Estados Unidos, liberal em economia, a nova administração era fortemente influenciada por empresários, os quais ocuparam muitos postos-chave na Administração. Por outro lado, o governo manteve atuantes vários dos instrumentos legais advindos do Estado Novo, que tutelavam a organização dos trabalhadores e, da mesma forma, guardou muito do vigor repressivo do autoritarismo ainda recente.

Ora, 1946, o primeiro ano da presidência Dutra, foi de intensificação de lutas sociais por melhores condições de vida e trabalho. O movimento sindical reerguia-se, a esquerda se reorganizava. Uma inflação renitente e o congelamento dos salários desde 1942, quando da declaração de guerra, resultaram numa onda de greves¹.

O governo desencadeia uma vaga repressiva, através de decretos que, por exemplo, limitavam severamente o direito de greve de uma enorme quantidade de categorias de trabalhadores, “consideradas fundamentais”; proibiam a “cessão gratuita ou remunerada da respectiva sede a entidade de índole político-partidária”; vedavam qualquer “propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses da Nação”; assim como “candidaturas a cargos eletivos estranhos ao sindicato”².

Ao mesmo tempo, o Brasil não ficara imune a Guerra Fria que se iniciava. As restrições aos movimentos sindicais e grevistas vieram assim de par com iniciativas oficiais para banir o Partido Comunista da ordem político institucional. Em 14 de maio de 1946, o Decreto-Lei nº 9258, em seu artigo 26, previa o cancelamento do registro de partido político quando se provar que “pratica atos ou desenvolve atividade que colidam com os princípios

democráticos ou os direitos fundamentais do homem, definidos na Constituição”; ou, “quando se provar que recebe de procedência estrangeira orientação político-partidária contribuição em dinheiro ou qualquer outro auxílio”. Instado pelo Executivo que se baseava nesta provisão legal, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 7 de maio de 1947, por três votos contra dois, põe fora da lei o PCB.

A ilegalidade do PCB conduzia naturalmente à cassação dos mandatos de seus eleitos. A legislação determinava que essa medida só pudesse ser tomada pelo legislativo, o que realmente se efetivou em 18 de janeiro de 1948. Quase ao mesmo tempo, o embaixador soviético retirou-se do Brasil e as relações diplomáticas com a União Soviética foram rompidas.

Concomitantemente, o país se aproxima ainda mais dos Estados Unidos. Em setembro de 1947, é assinado na Conferência Interamericana de Manutenção da Paz e Segurança no Rio de Janeiro o Tratado Interamericano de Ajuda Recíproca, um acordo de defesa mútua onde se estabelece que um ataque a um estado americano fosse considerado uma agressão contra todos os demais. Também conhecido como Pacto do Rio, reiterava o princípio de segurança coletiva e, mais importante, restringia a interferência de potências não americanas na região.

Menos de um ano depois, em abril de 1948 é criada a Organização dos Estados Americanos, com a assinatura, em Bogotá, Colômbia, da Carta da OEA. Novamente, o tema da segurança coletiva foi suscitado e reafirmado, associando-se à expressão o direito de combater “qualquer outra forma de interferência ou ameaça”. Este enunciado, presente no artigo 19, referia-se explicitamente à ameaça que o comunismo podia representar para a região (Jacobs, 2009: 18).

As relações militares entre o Brasil e os Estados Unidos não poderiam deixar de ser afetadas por essas iniciativas e uma das suas principais consequências foi a criação da Escola Superior de Guerra (ESG). Esta última teve o seu anteprojeto elaborado em dezembro de 1948 por equipe liderada pelo general Oswaldo Cordeiro de Farias, na qual se incluía três militares americanos. Em 20

de agosto de 1949, a Lei nº 785 efetiva a criação da ESG, instituição diretamente subordinada ao Ministro de Estado Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e que pretendia ser um centro de pesquisas sobre Segurança e Desenvolvimento do Brasil. Nascidas em plena Guerra Fria, que supunha a existência de um conflito permanente entre os países ocidentais e os países comunistas, as teses ali formuladas viriam a permitir, mais tarde, a articulação de um discurso por muito tempo empregado para legitimar não apenas a presença de militares no campo político, mas o seu papel de protagonista na condução do país (Svartman, 2014: 98-99).

O governo Dutra representou provavelmente a mais longa e harmoniosa conjunção das forças conservadoras durante a plena vigência da Constituição de 1946. O seu ministro da Guerra, o General Canrobert Pereira da Costa era um anticomunista dos mais vocais, o que satisfazia os anseios de uma parte considerável do oficialato simpático a uma aproximação com os Estados Unidos e que se congregara em torno da candidatura de seu adversário, o brigadeiro Eduardo Gomes. O seu ministro de Relações Exteriores, Raul Fernandes, um dos próceres da UDN. E o seu ministro da Fazenda, Corrêa e Castro foi mentor e responsável pelas medidas monetárias ortodoxas, por uma maior liberalização do comércio exterior, dentro do receituário preconizado pelos Estados Unidos.

No fim da guerra, muitos países da América Latina tinham a expectativa de que houvesse um aumento significativo do fluxo de capitais dos Estados Unidos, sob a forma de ajuda ou de investimentos de longo prazo que viessem a estimular ou promover o desenvolvimento de suas economias. Na verdade, o governo americano se opôs à realização de qualquer reunião interamericana para tratar de assuntos econômicos e, à época, se opunha a criação de um Banco Interamericano de Desenvolvimento, cuja efetivação veio a se realizar apenas uma década mais tarde (em 1959).

Os interesses e esforços dos Estados Unidos estavam concentrados na recuperação da Europa e nas questões de segurança militar suscitadas pela Guerra Fria. Em uma conferência de imprensa, um mês antes da Conferência do Rio, presidente

Harry Truman rejeitou a ideia de um possível Plano Marshall para a América Latina, declarando: que “já existia um Plano Marshall” para a região “há um século e meio”. Era “conhecido como a Doutrina Monroe” (Bethel & Roxborough, 1988: 186).

O presidente Dutra teve assim frustradas suas expectativas de que o total alinhamento ideológico e político com os EUA seria reconhecido e se traduziria em vantagens econômicas ao Brasil, num cenário descrito por Gerson Moura (1990) como “alinhamento sem recompensa”. No entanto, em fins da década de 1940, já se vislumbravam os sinais de um debate com amplas proporções sobre os rumos do desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Ele estaria no centro dos conflitos políticos nas décadas seguintes.

2. De volta à agitação militar

A década de 1950 se iniciava com o retorno de Getúlio Vargas ao poder, em 31 de janeiro de 1951, desta feita como presidente eleito depois de uma campanha de vasto alcance popular que propunha continuar o esforço de criação de uma infraestrutura para o desenvolvimento econômico. Traria na sua esteira à cena pública temas como o nacionalismo e o papel a ser exercido pelo estado na direção da economia, que constituiriam fatores capazes de induzirem divisões ideológicas e políticas exacerbadas.

As articulações para a sucessão presidencial em 1950 começaram cedo. Em janeiro de 1948, os dois partidos políticos mais importantes, o PSD e a UDN assinaram um acordo interpartidário que visava a garantir uma ampla maioria ao governo Dutra no Congresso e abria caminho para a indicação de um candidato de consenso à presidência. Vargas e o PTB não aderiram ao pacto, uma atitude que denunciava a intenção do ex-ditador de se apresentar nas próximas eleições.

Dentro desse processo de composições e rupturas entre as várias facções das elites políticas, a participação militar, ou melhor, o aval de personalidades de liderança nas Forças Armadas,

tinha importância decisiva para que uma solução prevalecesse. A UDN, partido que reunia uma grande porção de opositores ao Estado Novo e que mantinha um discurso liberal, insistia prudentemente em se apresentar na campanha para presidência com um candidato militar, reconduzindo o nome do brigadeiro Eduardo Gomes.

Da mesma forma, antes de sua indicação oficial, no fim de 1949, Vargas mandaria emissários ao general Góes Monteiro para saber como os militares reagiriam à sua candidatura. Sem posição formal de comando, este último não perdera a influência sobre o oficialato e era altamente considerado entre os seus ex-comandados por sua participação decisiva, como Ministro da Guerra, na deposição do próprio Vargas em 1945. Quatro anos depois, o chefe militar garantia a Getúlio que as Forças Armadas não se oporiam à sua posse caso eleito, desde que respeitasse “não só a Constituição, como os direitos impostergáveis dos militares” (Skidmore, 1996: 105).

Logo que anunciada, a vitória de Getúlio Vargas passou a ser contestada pelos seus adversários, invocando uma interpretação da Constituição que exigiria ao vitorioso uma maioria absoluta dos votos³. O questionamento não chegou sequer a ser apreciado formalmente e foi praticamente decidido no âmbito das Forças Armadas; aliás, em fórum ainda mais restrito, o do Clube Militar, uma associação corporativa, não governamental, criada em 1887 em pleno período da “Questão Militar” já mencionada. No Clube Militar, dois generais de imenso prestígio, Estillac Leal, presidente do clube, e Zenóbio da Costa declararam em público que Vargas havia vencido as eleições (Skidmore, 1996: 135).

O projeto de desenvolvimento econômico do novo governo trazia uma agenda ambiciosa: tratava-se de reforçar o papel do Estado e das empresas públicas em empreendimentos estratégicos para o crescimento enquanto lá fora, nos países capitalistas que buscavam reavivar as suas economias, buscava-se, sobretudo, reforçar o setor privado e a economia de mercado. No Brasil seria necessário criar novas instituições capazes de promover a reunião de recursos internos, incentivar os investimentos e atrair para o país empréstimos

externos, capitais privados e tecnologia que fossem carregadas para áreas consideradas prioritárias pelo governo. O governo conseguirá imprimir um caráter industrializante ao seu projeto econômico, ao mesmo tempo em que amplia as tarefas e o poder de decisão do Estado. As iniciativas de política econômica que tomaram, incluindo a criação de grandes corporações estatais, como Petrobrás, Eletrobrás e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o planejamento e o controle de importações, marcaram profundamente o modelo de desenvolvimento que o Brasil passaria a adotar nos anos seguintes (Loopoldi, 1994: 166-167).

Entre os trabalhos de planejamento desse segundo governo de Vargas, talvez o mais relevante para a história do país tenha sido o programa energético, incluindo a questão da energia elétrica e a do petróleo. Essa última ganhara tal repercussão que, desde o início da administração, já se transformara em um grande fator de mobilização política inclusive entre o oficialato.

Data de então uma campanha que afirmava a viabilidade e importância estratégica do monopólio estatal em todas as fases da exploração. Teve enorme penetração na opinião pública e imortalizou o slogan “O petróleo é nosso”. Dentro do Exército emerge em torno do general Horta Barbosa um “campo nacionalista”, que defendia o monopólio estatal.

O período a Guerra Fria atingira um dos seus pontos mais críticos: em 25 de junho de 1950, iniciava-se a Guerra da Coreia que se prolongaria até 27 de julho de 1953. No Brasil, parte do mundo ocidental, localizado na zona de influência dos Estados Unidos, uma posição nacionalista era frequentemente identificada a um movimento antiamericano, se não claramente comunista.

E, mesmo assim, o discurso nacionalista deu provas de sua força na disputa interna para a diretoria do Colégio Militar. Em 1950, a ala “nacionalista” venceu as eleições e o novo presidente do clube, general Estillac Leal, que logo viria a ser Ministro da Guerra de Vargas, qualificara sua vitória como a aprovação de um programa, ligado à “defesa dos interesses e das riquezas nacionais contra a cobiça alheia”. Reafirmava ainda o “propósito de manter as Forças Armadas, irmanadas ao povo, em sua sagrada

missão contra os golpistas e seus movimentos antipatrióticos”.

A recém-empossada diretoria logo passou a ser acusada de comunista. E, pouco antes da posse do novo presidente, no apagar das luzes do governo Dutra, os seus adversários, majoritários entre os oficiais mais graduados, transferiam boa parte da diretoria para unidades afastadas do centro do país.

Alguns líderes militares, como Juarez Távora, Zenóbio da Costa e Cordeiro de Farias, alertam para a crescente indisciplina e para a divisão dentro das Forças Armadas, e passam a denunciar o “avanço comunista dentro do Exército”. Reativa-se e intensifica-se a aproximação dos militares com grupos políticos da oposição e, em nome da ordem constitucional, passa-se a conspirar contra o Governo, a quem se atribuem planos continuístas. Em 1952, a situação iria se inverter dentro do Clube Militar, a ala nacionalista é derrotada no Clube Militar, refletindo o seu declínio dentro dos quartéis e anunciando também a crescente perda da sustentação de Getúlio nas Forças Armadas.

Os últimos dois anos de Vargas no poder, 1953 e 1954, serão de grande efervescência social, com greves, denúncias de corrupção, de financiamento público de órgãos da imprensa e até de conspirações internacionais que desviariam o país da sua vocação natural à unidade pan-americana.

Surgiram especulações sobre a existência de negociações entre a Argentina, presidida por Perón, o Brasil e o Chile, visando à reativação de um Pacto ABC⁴, firmado pelos três países em 1915, propugnando a solidariedade entre as três nações ante qualquer tipo de agressão ou intervenção externa. Convém lembrar que, enquanto a oposição brasileira acusava os idealizadores do Pacto do ABC de quererem implantar no país uma república nos moldes sindicalistas, análoga ao que identificavam como sendo o caminho peronista, a esquerda entendia a sua efetivação como uma oportunidade para a formação de um bloco antiamericano.

Durante o período, a economia do país era submetida às tensões criadas pelos impasses comuns aos processos de desenvolvimento: escassez de divisas, dificuldade de importação de equipamentos e matéria-prima, racionamento

de energia elétrica. Neste contexto, o governo equilibrava-se entre necessidades conflitantes, dos industriais importadores, dos produtores agrícolas exportadores, da massa salarial politicamente ativa, procurando soluções que favorecessem o equilíbrio financeiro e cambial, mantivessem o esforço de crescimento e contivessem a inflação. Esta última manifestava-se persistente desde o pós-guerra, causando obviamente uma insatisfação generalizada.

Em junho de 1953, entre greves e protestos de organizações sindicais nas grandes cidades, Vargas nomeia João Goulart para o Ministério do Trabalho. O novo ministro é duramente combatido pela imprensa que o vê como um demagogo, simpatizante do justicialismo peronista.

Logo que assume, Goulart propõe um aumento de 100% no salário mínimo, aplicável, sobretudo, aos trabalhadores do comércio e da indústria do setor urbano. O aumento anunciado redundaria, *a posteriori*, em um salário mínimo real médio, em 1954, cerca de 7% superior ao de 1952 (Abreu, 2010: 28). Ao mesmo tempo em que assustava os empresários, pelo que ela representava em aumentos de custos, a proposta alienava a classe média, sobretudo os seus setores assalariados que se vinham dela excluídos em benefício de grupos sociais “inferiores”.

Neste contexto, em fevereiro de 1954, surge um manifesto de militares que, em meio a denúncias “de negociatas, desfalques e malversação de verbas que infelizmente vem nos últimos tempos envolvendo o País”, rebela-se também contra o aumento, percebido como ofensivo às Forças Armadas:

[A] iniciativa de elevação do salário mínimo que, nos grandes centros do País, quase atingirá o dos vencimentos máximos de um graduado, resultará, por certo, se não corrigida de alguma forma, em aberrante subversão de todos os valores profissionais, destacando qualquer possibilidade de recrutamento para o Exército de seus quadros inferiores.

De acordo com o documento, tal atitude denotava o descaso do governo para com a corporação.

Tal abandono teria implicações institucionais mais profundas, solapando-lhe a integridade política, enfraquecendo-lhe o papel de guardiã da segurança da própria nação:

Os desestímulos e o conseqüente arrefecimento do entusiasmo pelos deveres profissionais ameaçam de estagnação duradoura a máquina militar entorpecida em sua eficiência pela deterioração das condições materiais e morais indispensáveis a seu pleno funcionamento. [...] E, com o comunismo solerte sempre à esquerda, serão os próprios quadros institucionais da Nação ameaçados, talvez, de subversão violenta.

O texto que ficou conhecido por Manifesto dos Coronéis foi enviado a Getúlio por seu ministro da Guerra, general Ciro Cardoso. Tem autoria atribuída ao então tenente-coronel Golbery do Couto e Silva, principal criador do Serviço Nacional de Informações, logo após o golpe de 1964. Os seus 82 signatários são uma amostragem significativa da coorte de oficiais que fizeram o golpe de 1964 e ocuparam posições de destaque no regime então estabelecido.

Ao mesmo tempo, a oposição civil se mobiliza. Sua representação parlamentar encaminha ao Congresso um pedido de *impeachment* de Vargas que é, no entanto, rejeitado. Uma campanha tenaz e insidiosa tenta estabelecer um amalgama entre o que era considerado inaceitável da parte do governo e a ilegitimidade do regime, criando um modelo de narrativa que se repetirá em outras tentativas de assalto ao poder. Trata-se de um paradoxal discurso onde a busca da democracia pode ser invocada como motivadora de um golpe contra a própria democracia:

Em nome da ordem constitucional, passa-se a conspirar contra o Governo, a quem se atribuem planos continuístas. [...]. Tal clima se difunde nas Forças Armadas, que cada vez mais se auto-atribuem a função política de salvaguardar os interesses da nação contra os desmandos governamentais. Gradativamente, vê-se formada uma trama confusa e paradoxal, porém rotineira em nossa história política, que visa quebrar a ordem constitucional através de um golpe

de Estado, alegando-se para tal estar-se assegurando a constitucionalidade do país (D'Araújo, 1992: 178).

A adesão da grande imprensa às teses da oposição acentua ainda mais a percepção de isolamento do governo Vargas. Em 5 de agosto de 1954, o jornalista Carlos Lacerda, um dos oposicionistas mais agressivos, sofre um atentado no qual estava implicado membros da guarda pessoal do presidente. Em 21 de agosto, o vice-presidente da República, Café Filho, propunha a Getúlio uma renúncia conjunta, para que assumisse a presidência da República o presidente da Câmara de Deputados, Carlos Luz. É repellido. No dia seguinte um grupo de oficiais da Aeronáutica liderados por Eduardo Gomes lançou um manifesto também exigindo a renúncia do presidente, documento que lhe foi entregue pelo Marechal Mascarenhas de Moraes, comandante da Força Expedicionária Brasileira na II Guerra Mundial. Uma vez mais, Vargas recusa-se a abandonar o governo.

Em 23 de agosto, forma-se uma larga aliança entre o alto oficialato para derrubar o governo: vinte e sete generais do Exército, entre os quais Juarez Távora, Canrobert Pereira da Costa, Pery Bevilacqua, Humberto de Alencar Castelo Branco, Machado Lopes e Henrique Lott, lançaram um manifesto à ação, exigindo a renúncia de Getúlio. Na madrugada do dia seguinte, Vargas se suicida nos seus aposentos no Palácio do Catete.

3. Golpe e contragolpe

Em um primeiro momento, o desenlace dramático da crise de agosto de 1954 desestabilizou as pressões para subverter a ordem constitucional vigente em favor do grupo antigetulista, não apenas pela imensa comoção popular suscitada, mas também, por uma razão singela: a oposição virá a se instalar no governo na pessoa do sucessor legal de Vargas, o vice-presidente Café Filho.

Para a chefia do Gabinete Militar da Presidência da República foi escolhido o general Juarez Távora, que acumulava o cargo de secretário-geral do

Conselho de Segurança Nacional; e como chefe do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), o general Canrobert Pereira da Costa, presidente do Clube Militar. Esses dois generais alinhavam-se com a Cruzada Democrática contrária aos nacionalistas nos embates pelo controle político do Clube. Para o Ministério da Aeronáutica, foi designado o brigadeiro Eduardo Gomes, candidato duas vezes à presidência da República (1945 e 1950) pela UDN e com proeminente atuação no movimento militar que exigiu a renúncia de Vargas. O almirante Edmundo Jordão Amorim do Vale, militar de destaque neste movimento, foi nomeado ministro da Marinha. A assinatura de todos esses oficiais constava no Manifesto dos Generais de 23 de agosto de 1954. É também entre os signatários desse Manifesto que o novo governo vai buscar o novo Ministro da Guerra, o general Henrique Teixeira Lott.

Os ministérios civis incluíam vários políticos e personalidades públicas identificados com a UDN, como Raul Fernandes (Ministério das Relações Exteriores) e Candido Mota Filho (ministro da Educação). Para Ministério da Fazenda foi escolhido o professor Eugênio Gudim, economista defensor intransigente de políticas financeiras ortodoxas.

No entanto, de maneira geral, a situação econômico-financeira, com o vai e vem de medidas governamentais adotadas para paliar seus problemas, não varia substancialmente entre o governo de Vargas e o curto período de Café Filho. Foram, sobretudo, os impasses e antagonismos políticos, crescentes desde a redemocratização, que se faziam valer naquele momento.

No começo de 1955, Café Filho reafirmou a intenção do governo em realizar a eleição presidencial na data marcada, em outubro daquele ano. Antes, ele recebera do ministro da Marinha um documento assinado pelos ministros militares e por oficiais de prestígio das três armas, defendendo que a sucessão presidencial fosse tratada “em um nível de colaboração interpartidária” que resultasse em um candidato único, civil e apoiado pelas Forças Armadas (CPDOC, 2001).

Neste contexto, a UDN tenta articular uma solução de união nacional para a sucessão presidencial, através de uma candidatura com o PSD, que acaba

não evoluindo. Em vez disso, PSD e PTB se unem em torno da candidatura do governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, eleito em convenção do PSD, em 10 de fevereiro de 1955. Em abril, João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), é convidado para ser o vice na chapa de Kubitschek. A escolha do ex-ministro do Trabalho de Vargas, cuja “cabeça” fora pedida (e cortada) pouco mais de um ano, para compor a chapa presidencial aumenta as chances eleitorais da aliança PSD-PTB. A UDN, com estreitos laços com setores militares e em coligação com partidos menores, escolhe o General Juarez Távora como seu candidato.

Maria Celina d’Araújo (D’Araújo, 1992: 143) resume a situação:

A rearticulação das forças políticas se dá nitidamente em torno de posições favoráveis ou contrárias ao getulismo, fazendo com que a UDN se veja duplamente derrotada: perdera a imediata razão de ser de sua coesão partidária, ou seja, a figura de Vargas, e via-se obrigada a conviver com a força político-ideológica da herança getulista, expressa através de manifestações populares e dos próprios partidos.

Em 3 de outubro de 1955, Juscelino Kubitschek é eleito presidente da República, tendo obtido 35,68% do total de votos. Juarez Távora, da União Democrática Nacional (UDN), teve 30,27%, Ademar de Barros, do Partido Social Progressista (PSP), recebeu 25,77%, e Plínio Salgado, do Partido de Representação Popular (PRP), foi o último colocado, com 8,28% do total de votos válidos. Em campanhas na imprensa, a oposição udenista voltou a afirmar, como o fizera em 1950, que a eleição de JK seria a “vitória da minoria”, uma vez que 64,32 % dos eleitores se haviam manifestados contra ele. No seu jornal, *A Tribuna da Imprensa* (16/10/2014), Lacerda desferia ataques ao presidente eleito: “Deve ser entregue o Poder ao usurpador, apenas porque ele teve o cuidado de mobilizar uns quantos votos, minoria da minoria?”.

No dia 1º de novembro, no enterro do general Canrobert Pereira da Costa, o coronel Jurandir Bizarria Mamede profere um violento discurso, na presença do Ministro da Guerra, general Teixeira Lott, pronunciando-se ampla e favoravelmente

a um golpe militar. A crise precipita-se e se desenvolve em uma série de incidentes:

Em 3 de novembro o presidente Café Filho sofre um ataque cardíaco e é substituído pelo presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz. Este último recusa-se a punir o coronel Bizarria Mamede, como havia solicitado o ministro da Guerra.

Lott pede demissão em protesto contra a “inclinação golpista” do novo governo. Na sua percepção, havia então graves indícios de que o presidente interino estivesse ligado aos que planejavam impedir a posse de Kubitschek e de João Goulart. Em 11 de novembro, antes de deixar o Ministério, o general Lott põe os tanques nas ruas para garantir a posse dos eleitos. Carlos Luz é deposto por, no que ficou sendo conhecido como um “contragolpe preventivo”.

Logo a seguir, no dia 22 de novembro, o Congresso aprova o impedimento do presidente da República, Café Filho. Nereu Ramos, vice-presidente do Senado, assume o governo e, em 24 de novembro, obtém do Congresso a aprovação para decretar estado de sítio. Finalmente, no dia 31 de janeiro de 1956, Juscelino Kubitschek toma posse e pede ao Congresso a abolição do estado de sítio. No dia seguinte, põe fim à censura à imprensa.

O regime trazia consigo eleições nacionais para presidente que tinham um caráter quase plebiscitário e quando a balança eleitoral pendia contra aqueles excluídos da partilha do poder desde a redemocratização, em favor de candidatos que, via de regra tinham o apoio das massas urbanas, um novo e crescente eleitorado, levantava-se a resistência das forças conservadoras e uma parte consistente das Forças Armadas vinha a ser sensibilizada e mobilizada. Entre 1950 e 1961, o país conheceria três tentativas graves de golpe de estado (e várias conspirações e pequenos levantes), todas elas relacionadas com problemas sucessórios. Observado todo o seu desenrolar e visto assim, *ex-post*, a instabilidade político institucional era a marca do regime.

4. A trégua Kubitschek

Durante seu governo, Juscelino procurou manter vivas três vias de ação que contribuíram decisivamente para a sua estabilidade: uma política de valorização e cooptação das forças armadas; uma política de desenvolvimento industrial empenhada em atrair o capital estrangeiro, embora tenha mantido intactos alguns dos pressupostos definidos anteriormente por Vargas, como, por exemplo, o controle estatal de áreas adotadas como essenciais pelo projeto nacionalista, tais como os setores de produção de energia petrolífera e hidroelétrica; e o fortalecimento da aliança política entre o PSD e o PTB que reunia os interesses e o concurso de uma parte ponderável das elites políticas e econômicas, assim como mantinha em aberto o caminho da negociação com um movimento sindical (urbano) em crescimento.

O eixo central da estabilidade nas forças armadas durante aquele período foi a presença imperativa do general Lott, mantido por Kubitschek no Ministério da Guerra, imagem do soldado sem partido e de carreira impoluta, aceito ou tolerado pela grande maioria dos oficiais, cuja simples continuidade no posto reforçava os sentimentos de unidade de chefia, de disciplina e, portanto de estabilidade entre as três Armas. No Ministério da Guerra, praticou a política de interdição de qualquer envolvimento político dos militares, tendo logo afastado dos cargos de comando todos os oficiais que se opuseram aos “11 de novembro”. O comando militar passou inclusive a interferir nas eleições do Clube Militar, proibindo a propaganda nos estabelecimentos militares, e obteve resultados que lhe foram favoráveis durante todo o quinquênio (Benevides, 1976: 157- 164).

Durante o quinquênio do governo Kubitschek, o tema do nacionalismo, no discurso e nas políticas, não ocupou um lugar de destaque. Elevou-se substancialmente a taxa de retorno do investimento estrangeiro, tornando a economia brasileira uma das mais atrativas na América Latina. A construção de Brasília constituiria também um fator indutor do dinamismo econômico. Em consequência, o país conheceu um crescimento industrial bastante elevado, basicamente nas indústrias de transformação, sendo a indústria de veículos a mais favorecida. No entanto, e embora as metas programadas nem sempre tenham obtido êxito, um vasto esforço de investimento também foi

feito nos setores de energia e de indústrias de base e transportes, com incrementos na construção de vias rodoviárias em níveis jamais alcançados. A economia cresceu estimulada pelo programa de obras ao ritmo inédito de 9% ao ano entre 1956 e 1961. Em termos estruturais, já em 1959 a indústria refletia parcialmente as consequências das políticas públicas, com um aumento significativo das participações no valor adicionado das indústrias de bens de capital (5,2% em 1949 e 11,1% em 1959), bens de consumo durável (2,5% e 5%, respectivamente) e bens intermediários (30,4% e 37,3%), em detrimento de bens não duráveis de consumo (Abreu, 2004: 34-35).

No Congresso Nacional, a participação do bloco PSD-PTB foi amplamente favorável ao governo Kubitschek. Uma análise das votações nominais ocorridas durante o seu quinquênio indica a formação de grandes majorias, incluindo às vezes o apoio de outros partidos, como o PSP e até mesmo representantes udenistas, no que dizia respeito à autorização de gastos para a realização de seus vastos planos governamentais, incluindo o da construção da nova capital (Carvalho, 1977: 56-61).

De maneira geral, não houve nenhum movimento do seu governo no sentido de efetivamente promover políticas destinadas a introduzir reformas sociais no campo ou qualquer outra iniciativa que afetasse o poder ou os interesses dos grandes proprietários de terra. No entanto, nesse período começou a se expandir o movimento das Ligas Camponesas. Assim, como foi tolerada a ação aberta dos comunistas, embora o Partido Comunista Brasileiro fosse mantido na ilegalidade.

Durante os dezoito anos de vigência da Constituição de 1946, nos quais as instituições políticas foram frequentemente ameaçadas, o quinquênio Kubitschek aparece como um tempo de trégua democrática. Representa um equilíbrio de forças em um dado momento, não sendo o efeito de uma construção durável. Ou, no dizer de Benevides, “o sistema político era estável no jogo das forças políticas, mas instável do ponto de vista institucional” (1976: 252).

Em particular, permanecia latente uma aliança ameaçadora entre uma parte considerável da corporação militar, que aspirava a participação

na condução política da sociedade brasileira, e de uma parcela não menos importante das elites civis, dispostas a romper com a legalidade constitucional e partilhar daqueles propósitos. A defesa da continuidade democrática e da estabilidade das instituições permanecia órfã ou, melhor, à mercê dos interesses imediatos e cambiáveis de protetores intermitentes.

Essa instabilidade institucional pode ser observada na sucessão presidencial de 1960, quando se observava uma curiosa inversão de papéis entre as forças em presença. Enquanto grupos nacionalistas, trabalhistas e esquerdistas atraíram a peça fundamental de sustentação militar de JK, o general Henrique Teixeira Lott, para que se tornasse seu candidato, as oposições lideradas pela UDN foram em busca de um líder de expressão popular, o governador de São Paulo, Jânio Quadros, com o objetivo de ganhar as eleições.

5. Mais um golpe frustrado

Em um universo de 11,6 milhões de eleitores, Jânio Quadros vence as eleições presidenciais de outubro de 1960, com 48% dos votos, contra 32% de Henrique Teixeira Lott e 20% a Ademar de Barros. A Constituição de 1946 previa uma votação em separado para a vice-presidência, o que possibilitou a reeleição de João Goulart para o cargo. Assim como Getúlio em 1951, ele sucede a um presidente regularmente eleito e em um ambiente de estabilidade política (Araújo, 1992: 44). Diferentemente de Juscelino, não sofria restrições dos militares. Não somente a sua candidatura havia recebido larga adesão dos setores “golpistas”, como ele também veio a preencher vários postos de comando importantes com lideranças desse contingente. No entanto, não dispunha de apoio parlamentar. No Congresso, o bloco PSD-PTB ainda tinha maioria, assegurada nas eleições de 1958.

Jânio Quadros exerce o poder de maneira errática, atuando e legislando em áreas as mais diversas. Adota medidas contra a corrupção com grande alarde publicitário, restringe direitos do funcionalismo público e de militares, extingue cargos em representações diplomáticas. Em março de 1961, reagindo à inflação e aos problemas

financeiros advindos da administração JK, anuncia uma reforma cambial que limita radicalmente as condições de financiamento para o empresariado nacional e que favorece os credores internacionais. Em direção oposta, semanas depois, assina uma resolução restituindo as jazidas de ferro de Minas Gerais à reserva nacional e anulando contratos de exploração por empresas estrangeiras. A essas iniciativas, acrescenta uma política externa independente, em que buscava se aproximar do bloco socialista. Em 25 de agosto, dizendo-se pressionado “por forças terríveis”, renuncia ao cargo, mergulhando o Brasil em uma grave crise institucional e uma tentativa de Golpe de Estado.

Na ocasião, o vice-presidente João Goulart se encontrava em viagem à China Popular. Como determinava a Constituição, a presidência da República foi ocupada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, do Partido Social Democrático de São Paulo, o segundo na linha sucessória. Na prática, o poder havia sido tomado pelos três ministros militares, o general Odílio Denys, Ministro da Guerra; o brigadeiro Gabriel Grün Moss e o almirante Silvio Heck, ministro da Marinha. Estes declararam de pronto o estado de sítio com o argumento de impedir manifestações públicas.

O país passou a viver uma reencenação do novembro de 1955: entravam em choque duas concepções de legalidade: na noite do dia 25, o Marechal Lott⁵ divulga um manifesto manifestando o seu “repúdio à solução anormal e arbitrária que se pretende impor à nação”⁶. No dia seguinte, Leonel Brizola, governador trabalhista do Rio Grande do Sul, lança também um manifesto que representou o início do que veio a ser conhecido como a “Campanha da Legalidade”, um movimento de resistência política à iniciativa golpista dos ministros militares.

Como das outras vezes, o golpe se apresentava, em primeira instância, como movimento reativo, “na defesa das instituições”, ameaçadas pelo perigo comunista e de cuja integridade e segurança os ministros militares eram os guardiões.

A “Campanha da Legalidade” se organizava e se estendia a várias cidades do país e contou com a adesão de diversos setores da população. Ainda no dia 27 de agosto, os estúdios da rádio Guaíba (Rio

Grande do Sul) são tomados pela Guarda Civil e ficam à disposição do governo Brizola. A rádio se tornaria “sede” da Cadeia Radiofônica da Legalidade, que nos próximos dias seria composta por “cerca de 150 outras rádios do estado, no resto do país e no exterior, atuando por ondas curtas” (Ferreira, 1999: 6). O movimento viria a ser reforçado pela adesão do comandante do III Exército que rompe com o Ministro da Guerra, passando a defender a posse de Goulart.

Os setores civis favoráveis aos ministros militares também agiam. No Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, governador da Guanabara, partidário do golpe, censura os meios de comunicação e manda ocupar as rádios, ocupa as oficinas de *Última Hora* (ligado ao trabalhismo). Só um jornal seria poupado da censura: a *Tribuna da Imprensa*, de propriedade do governador (Ferreira, 1999: 15).

No dia 30 de agosto, os ministros militares divulgaram um manifesto a nação⁷. Nele, deixavam claro que João Goulart era um agente da subversão no país e que, fator obviamente agravante para a segurança nacional, mostrava-se abertamente identificado com o comunismo internacional.

O Congresso não agia, refletindo, de certa maneira, o impasse político que se armara entre os “legalistas” respaldados por um segmento importante do exército e uma boa parte da opinião pública; e o alto comando das Forças Armadas, chefiando os outros três Exércitos e apoiado pelas forças conservadoras (UDN, empresariado, setores da classe média urbana), sem falar da classe política tradicional, sempre intimidada em momentos como esse.

Logo surgiram formuladores de compromissos, destacando-se entre eles Tancredo Neves. Este último vai ao encontro de João Goulart ainda fora do país e negocia uma solução. No dia 2 de setembro, o Congresso aprovou a Emenda Constitucional nº 4 que garantiu a posse de Goulart, mas instituiu o regime parlamentarista no país, limitando, portanto, o poder do presidente, prevendo para o início de 1965 um plebiscito que decidiria sobre a continuidade do novo regime.

Mais uma vez, a defesa das instituições era novamente um feito da reunião *ad hoc* de forças

dísparos. Por sua vez, o grupo golpista mostrara-se com o seu núcleo preservado, constituído pelos mesmos oficiais de outras iniciativas conspiratórias e reunidos pelas mesmas convicções tão claramente expressas no Manifesto de 30 de agosto de 1961: a de que estavam engajados em uma luta maior contra o comunismo internacional e o que eram os supremos e permanentes guardiões da ordem e da segurança nacional, acima de todo e qualquer governo, mesmo os que haviam sido legitimamente constituídos.

6. O desfecho

O parlamentarismo duraria apenas 16 meses e o país volveria à situação institucional anterior. Em 6 de janeiro de 1963, em plebiscito antecipado, confirma a opção pelo regime anterior por larga margem (proporção de dez votos a favor da volta do presidencialismo para cada voto contra) e devolvendo assim o mandato presidencialista a João Goulart. Todavia, os conflitos entre as forças políticas e sociais mobilizadas tornara o sistema ainda mais instável.

A extensão atingida pela Campanha da Legalidade simbolizava uma mudança de escala nos embates políticos e facilitara a criação e expansão de movimentos organizados. A presença de um trabalhista à frente do governo central, tornava mais difícil a repressão de atividades sindicais, que começavam também a ganhar as zonas rurais, onde havia grande número de assalariados. A questão da posse da terra faz a sua entrada na política nacional. Uma nova camada de políticos emergia, parlamentares federais e estaduais, prefeitos e uns poucos governadores, que postulavam mudanças nas estruturas sociais. Ao mesmo tempo, a crise recente levantara a ameaça real do golpe de estado que se tornava uma possibilidade e lugar de refúgio para todos os interesses que se viam ameaçados ou se sentiam incapacitados de perseguir o poder pela via eleitoral.

O debate político chegou a envolver segmentos da suboficialidade nas Forças Armadas que, organizados em associações, passaram a vocalizar reivindicações corporativas, entre elas, o direito ao voto do qual eles estavam legalmente excluídos.

Vale lembrar que o manifestar de movimentos sociais ou grevistas, a simples balburdia política em um ambiente de tolerância democrática, era recebido com suspeição por muitos setores, notadamente entre os militares, que em tudo viam uma porta de acesso para a infiltração comunista e a expansão de atividades subversivas.

E houve a Revolução Cubana. Em 1961, os Estados Unidos romperam relações diplomáticas com Cuba e Fidel Castro se aliava ao bloco socialista, o que faz aumentar, em muito, o interesse do governo norte americano pela América Latina.

Expandem-se os programas de assistência americanos. Entre 1962 e 1973, período que corresponde a quase toda a vigência da Aliança para o Progresso, programa de desenvolvimento para região criado pela administração Kennedy, o total de assistência se eleva a US\$ 2,439 bilhões (dos quais US\$ 259,9 milhões para o setor militar) no período 1962 - 1973. Note-se que 42% da ajuda (US\$ 108,4 milhões) se encontram entre os anos de 1962 e 1965 (Black, 2009: 350-351).

Aumenta o interesse americano na política interna brasileira. Durante as campanhas estaduais de 1962, viram-se multiplicadas as ações de entidades como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que recebiam aportes financeiros de organismos norte-americanos, na orientação e financiamento de certos candidatos.

O país vivia em efervescência de conflitos sociais, discussões ideológicas, disputas vigorosas, muitas vezes violentas. O desfecho final se daria com o golpe militar de 31 de março de 1964. Ao descrever seu desencadear, o senso comum fixou alguns incidentes que permaneceram como expressões de seus antecedentes imediatos:

a) O comício de 13 de março na Central do Brasil em que João Goulart discursou para 150 mil pessoas, anunciando reformas sociais de extensão e diversidade desconhecidas até então: desapropriação de terras por interesse social, uma nova lei do inquilinato com base no salário mínimo; a abertura do voto aos analfabetos;

b) A Marcha da Família com Deus pela Liberdade,

contra o governo Goulart, organizada pela Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) e a Sociedade Rural Brasileira (SBR), entre outras entidades, realizada em 19 de março no Rio de Janeiro;

c) A Revolta dos Marinheiros, no dia 25 de março, quando marinheiros e fuzileiros navais, depois de se reunirem em assembleia reivindicativa, contrariando o regulamento militar e ordens ministeriais, foram anistiados por Goulart. Incidente agravado, dias depois (30 de março) pela presença do presidente em uma reunião de 3000 sargentos, discursando em prol das reformas pretendidas pelo governo e invocando o apoio das Forças Armadas. Um dia depois, inicia-se em Juiz de Fora, o movimento militar que o depôs praticamente sem resistência.

Desta feita, as Forças Armadas não imprimiam a sua iniciativa um caráter de veto corretivo, gesto talvez análogo ao do poder moderador, figura constitucional do Império. Vinham emprenhadas da força fundadora com que instauraram a Primeira República. Julgue-se por esses trechos marcantes de seu Primeiro Ato Institucional:

[...] O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução.

A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação. *A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória*⁸.

E assim ficaram.

NOTAS

¹ Vale lembrar que entre 1938 e 1942, em decorrência da repressão exercida pelo Estado Novo após o levante de 1935, o Partido Comunista Brasileiro havia quase desaparecido do mapa político brasileiro. Ora, em 1942, as poucas centenas de militantes souberam aproveitar o cenário de mobilização social dos anos seguintes. Em 1945, alguns estimam em 50 mil, o número de membros do partido. Em 1947, eles seriam 200 mil militantes, sendo o maior partido comunista da América Latina no período (Chilcote, 1982).

² Respectivamente, o Decreto-Lei nº 9.070, de 15 de março 1946 e o Decreto-Lei nº 9502, de 23 de julho de 1946.

³ Vargas se elegeu com 3.849.040, ou seja, 48,7%. Eduardo Gomes recebeu 2.342.384 votos e Cristiano Machado, candidato do PSD, não chegou a alcançar 1.700.000 votos.

⁴ O acrônimo designa Argentina, Brasil e Chile.

⁵ Desde janeiro de 1959 ele havia sido transferido para reserva neste posto.

⁶ No dia seguinte, Lott seria preso por ordem do Ministro da Guerra e recolhido à Fortaleza da Lage, no Rio de Janeiro.

⁷ O Manifesto dos Ministros Militares está disponível em <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/documentos/4.pdf>.

⁸ Grifo nosso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo de Paiva. (2010). A economia brasileira: 1930-1964. Texto para discussão, Departamento de Economia, PUC-RIO, nº 585. Recuperado de [<http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td585.pdf>].

D'ARAUJO, Maria Celina. (1992). *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. São Paulo: Ática.

D'ARAUJO, Maria Celina. (2006). Justiça Militar, segurança nacional e tribunais de exceção. Trabalho apresentado ao 30º Encontro Anual da ANPOCS GT08 - Forças Armadas, Estado e sociedade, 24 a 28 de outubro de 2006, Caxambu, MG.

BETHEL, L. B. e ROXBOROUGH, I. (1988). Latin America between the Second World War and the Cold War: Some Reflections on the 1945-8 Conjunction, *Journal of Latin American Studies*, 20(01):167-189. Cambridge University Press.

BLACK, Jan Knippers. (2009). *A penetração dos Estados Unidos no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana.

CARVALHO, Maria Izabel Valladão de. (1977). *A Colaboração do Legislativo para o Desempenho do Executivo durante o Governo JK*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, IUPERJ.

CHILCOTE, Ronald H. (1982). *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração*. Rio de Janeiro: Graal.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). (2001). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

GASPARI, Elio. (2014). *A ditadura envergonhada*. São Paulo, Companhia das Letras. Edição digital.

JACOBS, M.D. (2009). *The unforeseen consequences of the informal empire: The United States, Latin America, and Fidel Castro, 1945-1961*. Dissertação de Mestrado em História. University of North Carolina at Wilmington.

LOOPOLDI, Maria Antonieta P. (1994). O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-54). Em: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, pp. 166-167.

MENDONÇA, Daniel de. (2009). O golpe civil-militar de 1961: Crítica a uma explicação hegemônica. *Política & Sociedade*, vol. 8, nº 14, pp. 409-446.

MOURA, Gerson. (1980). *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira (1935-1942)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

NICOLAU, Jairo. (2004). "A participação eleitoral: evidências sobre o caso brasileiro". Texto apresentado no *VIII Congresso Luso-Africano-Brasileiro*, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

SKIDMORE, Thomas. (1996). *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo, Editora Paz e Terra, 11ª impressão.

SVARTMAN, E. M. (2014). Da II Guerra Mundial à Guerra Fria: Conexões entre os exércitos do Brasil e dos Estados Unidos. *Latin American Research Review*, vol. 49, nº 1, pp. 97-98. University of Pittsburgh Press.